

Pettenati S.A. -
Indústria Têxtil

Demonstrações Financeiras em junho de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações	
financeiras individuais e consolidadas	3
Balanco patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da

Pettenati S.A. – Indústria Têxtil

Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pettenati S.A. – Indústria Têxtil (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pettenati S.A. – Indústria Têxtil em 30 de junho de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Veja a Nota 7.2 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia reconhece receita de venda de produtos, principalmente de tecidos e confecção. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações ou quando retirados por transportadores contratados pelos clientes.

O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, do volume de vendas ocorridas no final do exercício, do prazo de entrega dos produtos, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Entendimento dos fluxos e processos de vendas, testes do desenho e implementação do controle de reconhecimento de receita em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia transfere o controle dos produtos vendidos para a contraparte, notadamente no período de corte;
- Para uma amostra de transações de venda da Companhia inspecionamos a documentação que evidencia a ocorrência da transação de venda, a liquidação financeira ou a documentação de entrega dos produtos vendidos que suporta o momento adequado do reconhecimento da receita; e
- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2023.

Precisão e valorização dos estoques

Veja as Notas 7.4 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Os estoques da Companhia são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O critério de valoração dos estoques é baseado no cálculo do custo médio, no qual inclui parte dos gastos gerais de fabricação, alocados com base na capacidade normal de operação. As perdas com a realização de estoques são reconhecidas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos sempre que o valor de realização for menor que o custo médio dos estoques.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Acompanhamento dos inventários físicos gerais efetuados pela Companhia no encerramento do exercício, atentando para os controles aplicados no processo para concluirmos sobre a integridade e precisão das contagens efetuadas;
- Procedimentos de auditoria sobre as contagens físicas por amostragem e

Em razão do risco de erro material associado à precisão e valorização dos estoques e devido à relevância dos valores envolvidos, ao volume de transações e quantidades de itens em estoques e à extensão dos esforços de auditoria necessários para tratar esse assunto, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.

confrontação com os registros ao final dos procedimentos de inventário executados para avaliar se os lançamentos de ajustes identificados nos registros auxiliares de estoques e registros contábeis da Companhia foram efetuados;

- Em base amostral, conferimos os cálculos matemáticos para a apuração dos custos médios de produção e testamos se os estoques estão registrados por seus valores realizáveis líquidos; e
- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a valorização e a divulgação dos estoques, os quais não foram registrados e divulgados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo dos estoques, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2023.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 30 de junho de 2022 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de setembro de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e,

com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de setembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7


Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022			30/06/2023	30/06/2022		
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	9	47.961.513	25.373.119	110.907.549	61.537.897						
Clientes	10	41.921.035	63.763.775	84.028.087	154.316.397						
Instrumento financeiro derivativo		550.462	-	550.462	-						
Contas a receber de partes relacionadas	15	-	60.720	20.708.673	15.240.606						
Estoques	11	73.701.482	72.905.036	146.093.574	162.976.306						
Impostos a recuperar	12	9.586.228	29.625.021	10.767.782	30.711.872						
Outras contas a receber		3.780.893	5.712.917	7.139.857	7.139.479						
Dividendos a receber		16.913.286	-	-	-						
Despesas antecipadas		1.762.142	994.737	3.700.416	2.853.482						
Total do ativo circulante		196.177.041	198.435.325	383.896.400	434.776.039						
Ativo não circulante											
Realizável a longo prazo											
Aplicações financeiras	9	6.700.999	7.366.941	6.700.999	7.366.941						
Depósitos judiciais	21	1.372.984	1.692.405	1.372.984	1.692.405						
Impostos diferidos	14	-	4.479.179	-	4.479.179						
Impostos a recuperar	12	750.081	542.097	750.081	542.097						
Total do ativo realizável a longo prazo		8.824.064	14.080.622	8.824.064	14.080.622						
Investimentos	13	167.401.260	189.371.444	2.657.475	2.875.251						
Imobilizado	16	142.064.859	104.358.228	394.348.086	361.523.725						
Intangível	16	2.294.736	1.617.666	2.395.809	1.851.003						
Imobilizado direito de uso		356.399	734.017	356.399	734.017						
Total do ativo não circulante		320.941.318	310.161.977	408.581.833	381.064.618						
Total do ativo		517.118.359	508.597.302	792.478.233	815.840.657						
Passivo e patrimônio líquido											
CIRCULANTE											
Fornecedores	17	38.871.207	41.046.891								
Empréstimos e financiamentos	18	39.401.675	27.024.135								
Tributos sobre a renda a pagar		8.958.355	10.576.744								
Obrigações tributárias		1.844.012	1.130.683								
Contribuições e obrigações com o pessoal	19	15.115.652	16.524.573								
Outras contas a pagar	20	6.678.286	9.424.664								
Dividendos a pagar		9.102.764	15.314.750								
Arrendamento mercantil a pagar		372.254	305.107								
Total do circulante		120.344.205	121.347.548	228.329.163	270.928.901						
Passivo não circulante											
Fornecedores	17	660.703	1.425.570								
Empréstimos e financiamentos	18	25.640.142	24.125.000								
Arrendamento mercantil a pagar		-	478.172								
Outras contas a pagar para partes relacionadas		2.172	211								
Impostos diferidos	14	7.569.314	21.678.392								
Provisão para contingências	21	1.771.856	3.462.534								
Total do passivo não circulante		35.644.187	51.169.879	134.036.721	130.745.536						
Total do passivo		155.988.392	172.517.426	362.365.884	401.674.436						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Capital social	22	85.000.000	66.000.000								
Reservas de lucros		203.379.748	183.210.559								
Ajuste de avaliação patrimonial		71.627.891	86.869.317								
Dividendos adicionais propostos		1.122.328	-								
Total da participação dos controladores		361.129.967	336.079.876	361.129.967	336.079.876						
Total da participação dos não controladores		-	-	68.982.382	78.086.345						
Total do patrimônio líquido		361.129.967	336.079.876	430.112.349	414.166.221						
Total do passivo e patrimônio líquido		517.118.359	508.597.302	792.478.233	815.840.657						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Receita líquida	26	332.023.967	345.984.884	841.157.202	844.013.027
Custo dos produtos vendidos		(271.359.163)	(278.976.706)	(698.163.799)	(706.764.171)
Lucro bruto		60.664.804	67.008.178	142.993.403	137.248.856
Despesas					
Despesas Comerciais	28	(29.707.756)	(28.666.504)	(35.871.732)	(34.917.385)
Despesas Administrativas	28	(29.797.284)	(29.494.896)	(46.398.843)	(43.152.303)
Provisão para perdas esperadas		145.932	(136.520)	2.550.370	(236.129)
Outras Receitas	30	12.460.685	28.941.103	30.139.803	34.655.569
Outras Despesas	30	(2.152.037)	-	(6.501.111)	-
Resultado antes das participações societárias e do resultado financeiro		11.614.343	37.651.362	86.911.890	93.598.608
Resultado de Participações Societárias					
Resultado da Equivalência Patrimonial	13	46.193.920	34.462.365	-	-
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras	27	26.986.721	42.521.548	32.265.379	47.504.207
Despesas Financeiras	27	(21.265.714)	(20.630.408)	(36.037.191)	(32.466.013)
Resultado Financeiro Líquido		5.721.007	21.891.140	(3.771.812)	15.038.194
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda		63.529.270	94.004.867	83.140.078	108.636.802
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	10.280.909	(4.210.393)	10.280.909	(4.210.393)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(24.812.259)	(22.286.549)	(24.813.682)	(22.289.161)
Resultado líquido		48.997.920	67.507.925	68.607.305	82.137.248
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(19.609.385)	(14.629.323)
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores		48.997.920	67.507.925	48.997.920	67.507.925
Resultado básico e diluído por ação ordinária	25			1,01980	1,40505
Resultado básico e diluído por ação preferencial	25			1,01980	1,40505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Resultado líquido	48.997.920	71.748.556	68.607.305	82.137.248
Outros Resultados Abrangentes				
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras	<u>(14.870.157)</u>	<u>7.871.000</u>	<u>(20.289.677)</u>	<u>11.212.251</u>
Resultado abrangente para o exercício	<u>34.127.763</u>	<u>79.619.556</u>	<u>48.317.628</u>	<u>93.349.499</u>
Atribuível a:				
Acionistas da Pettenati	-	-	28.708.243	78.720.176
Participação dos não controladores	-	-	19.609.385	14.629.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em reais)

	Reservas de lucro				Ajuste de avaliação patrimonial			Resultados Acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação dos minoritários	Total consolidado
	Capital Social Integralizado	Incentivos Fiscais	Legal	Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	Custo atribuído do imobilizado	Ajuste acumulado de conversão	Dividendos adicionais propostos				
Saldo em 30 de junho de 2022	66.000.000	73.575.216	13.200.000	96.435.340	19.388.407	67.480.913	-	-	336.079.876	78.086.345	414.166.221
Varição cambial de investimentos no exterior						(14.870.157)			(14.870.157)	(5.419.520)	(20.289.678)
Subvenção para investimentos aprovado em AGO/E de 28/10/2022		8.880.157		(8.880.157)				48.997.920	48.997.920	19.609.385	68.607.305
Resultado líquido do período								371.268	-		-
Realização do custo atribuído					(371.268)						
Proposta da destinação dos resultados:											
Reserva legal			2.449.896					(2.449.896)			
Integralização de subvenção para investimento do exercício		10.608.603						(10.608.603)			
Dividendos distribuídos								(9.077.672)	(9.077.672)	(16.149.123)	(25.226.795)
Reserva aum de capital, investimentos e capital de giro				26.110.690				(26.110.690)			
Aumento de capital	19.000.000			(19.000.000)							
Dividendos adicionais proposto:							1.122.328	(1.122.328)		(7.144.705)	(7.144.705)
Saldo em 30 de junho de 2023	85.000.000	93.063.976	15.649.896	94.665.873	19.017.139	52.610.756	1.122.328	-	361.129.967	68.982.382	430.112.349
Saldo em 30 de junho de 2021	66.000.000	57.774.065	12.735.809	60.126.619	19.769.295	59.609.913	-	-	276.015.701	66.476.806	342.492.507
Realização do custo atribuído (líquido de impostos)						(305.343)		305.343			
Realização da reserva de reavaliação (líquida dos impostos)					(75.545,00)			75.545			
Varição cambial de investimentos no exterior						7.871.000			7.871.000	3.341.251	11.212.251
Subvenção para investimentos aprovado em AGO/E de 30/10/2021		9.635.529		(9.635.529)							
Resultado líquido do período								67.507.925	67.507.925		67.507.925
Subvenção para investimentos 07/2021 a 12/2021											
Proposta da destinação dos resultados:											
Reserva legal			464.191					(464.191)			
Subvenção p/investimentos		6.165.622						(6.165.622)			
Reserva aum de capital, investimentos e capital de giro				45.944.250				(45.944.250)			
Dividendos aprovados em assembléir										(4.448.633)	(4.448.633)
Dividendos a distribuir (0,31874859 por ação preferencial e ordinária)								(15.314.750)	(15.314.750)		(15.314.750)
Varição nas participações de não controladore										12.716.921	12.716.921
Saldo em 30 de junho de 2022	66.000.000	73.575.216	13.200.000	96.435.340	19.388.407	67.480.913	-	-	336.079.876	78.086.345	414.166.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

	2		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Resultado Líquido do Exercício antes da Contrib.Social e Imposto de Renda	63.529.270	98.245.497	83.140.078	112.877.432		
Ajustes para reconciliar o resultado ao disponível gerado pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	8.297.962	5.403.951	29.289.386	27.459.232		
Provisão de juros	8.940.684	4.286.647	18.898.002	6.938.849		
Variação cambial provisionada	(378.330)	(1.014.281)	(378.330)	(1.014.281)		
Resultado da Equivalência Patrimonial	(46.193.920)	(34.462.365)	-	-		
Variação na Participação Societária	-	(7.443.746)	-	(7.566.363)		
Participações de Minoritários nos Lucros	-	-	-	(14.629.322)		
Provisão para participações dos Funcionários nos Lucros	997.373	4.240.630	997.373	4.240.630		
Provisão / (Reversão) de Comissões s/Vendas	197.386	(140.502)	197.386	(140.502)		
Provisão / (Reversão) para Perda na Realização de Investimentos	12.500	(187.981)	-	-		
Reversão do Ajuste de Estoques ao Valor Realizável	1.670.538	(372.588)	4.114.054	1.239.037		
Variação Cambial de Partes Relacionadas	1.554.609	(18.103)	-	-		
Perda na Alienação de Investimentos / Imobilizado	(203.890)	900.947	374.280	1.243.545		
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(550.462)	-	(550.462)	-		
Reversão para Contingências (Reversão) de Impostos a Pagar	(1.690.678)	-	(1.690.678)	-		
Provisão (Reversão) de perdas esperadas	145.932	(136.520)	2.550.369	(136.520)		
	36.328.974	58.779.331	136.941.458	119.989.908		
Variações nas contas de ativos e passivos						
Contas a Receber de Clientes	17.236.452	(6.433.594)	57.592.135	(33.354.726)		
Instrumentos Financeiros	-	(1.147.170)	-	(1.147.170)		
Impostos a Recuperar	19.412.450	(25.027.537)	19.230.849	(25.192.622)		
Outras Contas a Receber	1.932.024	7.087.141	(114.438)	10.399.354		
Estoques	(2.466.984)	(15.881.237)	5.567.103	(47.136.184)		
Despesas antecipadas	(767.405)	(458.256)	(995.548)	(797.189)		
Depósitos judiciais	319.421	591.218	319.421	591.218		
Fornecedores	(2.940.551)	(3.590.941)	(7.467.738)	(1.981.584)		
Contribuições e Obrigações com o Pessoal	(3.322.894)	(50.202)	(12.872.422)	2.592.355		
Outras Obrigações Tributárias	1.364.339	10.268.601	1.371.063	10.256.435		
Contas e Despesas a Pagar	535.133	1.414.129	1.263.430	4.050.909		
Provisões para Contingências	-	(1.363.755)	-	(1.363.755)		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.012.289)	(13.115.693)	(26.012.366)	(12.092.124)		
Aplicações Financeiras	665.942	(7.366.941)	665.942	(7.366.941)		
Dividendos Recebidos	36.504.702	10.624.317	-	-		
Caixa líquido das atividades operacionais	78.789.314	14.329.411	175.488.888	17.447.884		
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Créditos com Pessoas Ligadas	60.720	(25.111)	(6.681.762)	(2.613.919)		
Aquisições de Imobilizado / Intangível	(46.698.125)	(31.822.599)	(86.805.774)	(59.473.450)		
Recebimento por Venda de Imobilizado / Intangível	597.970	1.411.368	597.970	1.411.368		
Variação das participações em controladas no exterior	-	(7.871.003)	-	-		
Variação na participação de minoritários	-	-	-	11.609.539		
Participações destinadas e não pagas	-	(4.240.630)	-	(4.240.630)		
Caixa líquido das atividades de investimento	(46.039.435)	(42.547.975)	(92.889.566)	(53.307.092)		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Ingresso de novos empréstimos	40.000.000	46.343.000	150.082.922	93.505.508		
Pagamentos de empréstimos	(29.265.500)	(19.913.956)	(137.715.043)	(106.059.832)		
Juros pagos	(5.608.067)	-	(15.770.951)	-		
Mútuo com a controladora	1.739	(2.096)	1.739	(2.096)		
Dividendos pagos	(15.289.658)	5.578.104	(26.936.812)	3.107.202		
Caixa líquido das atividades de financiamento	(10.161.486)	32.005.052	(30.338.145)	(9.449.218)		
Efeitos da variação cambial em controlada no exterior	-	-	(2.891.525)	6.023.742		
Variação líquida de caixa e equivalentes	22.588.394	3.786.488	49.369.652	(39.284.684)		
Caixa e equivalentes						
No início do período	25.373.119	21.586.631	61.537.897	100.822.581		
No fim do período	47.961.513	25.373.119	110.907.549	61.537.897		
Variação de Caixa e Equivalentes	22.588.394	3.786.488	49.369.652	(39.284.684)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstrações de valores adicionados

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
RECEITAS	418.651.611	374.925.987	951.782.335	878.668.596
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	408.619.853	345.984.884	929.167.661	844.013.027
Outras receitas	10.308.648	29.072.911	23.638.692	34.890.688
Perdas esperadas	(276.890)	(131.808)	(1.024.018)	(235.119)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	277.126.074	223.127.681	674.152.656	614.790.224
(inclui os valores dos impostos - ICMS, Cofins e PIS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	225.657.483	174.522.461	566.538.110	496.759.299
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	49.798.054	48.012.062	103.500.492	119.049.392
Perda/Ganho de valores ativos	1.670.537	593.158	4.114.054	(1.018.467)
VALOR ADICIONADO BRUTO	141.525.537	151.798.306	277.629.679	263.878.372
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	8.297.962	5.403.951	29.289.386	27.459.232
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	133.227.575	146.394.355	248.340.293	236.419.140
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	73.195.387	76.994.200	32.866.858	48.149.238
Resultado de equivalência patrimonial	46.193.920	34.462.365	-	-
Receitas financeiras	26.986.721	42.521.548	32.265.379	47.504.207
Dividendos recebidos	14.746	10.287	601.479	645.031
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	206.422.962	223.388.555	281.207.151	284.568.378
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	206.422.962	223.388.555	281.207.151	284.568.378
Pessoal	78.722.170	71.078.681	118.065.174	103.113.479
Remuneração direta	54.088.881	48.080.421	86.770.527	78.155.344
Benefícios	12.188.116	9.688.658	18.849.474	11.648.533
FGTS	4.876.800	4.100.972	4.876.800	4.100.972
Honorários e participações da diretoria	5.654.400	6.318.000	5.654.400	6.318.000
Participações dos funcionários no resultado	1.913.973	2.890.630	1.913.973	2.890.630
Impostos, taxas e contribuições	56.803.577	63.709.734	57.841.678	66.339.302
Federais	41.362.353	48.987.487	42.400.454	51.617.055
Estaduais	15.419.757	14.588.254	15.419.757	14.588.254
Municipais	21.467	133.993	21.467	133.993
Remuneração de capitais de terceiros	21.899.295	21.092.215	36.692.994	32.978.349
Despesas financeiras	21.265.714	20.630.408	36.037.191	32.466.013
Aluguéis	633.581	461.807	655.803	512.336
Remuneração de capitais próprios	48.997.920	67.507.925	68.607.305	82.137.248
Dividendos	10.200.000	15.314.750	10.200.000	15.314.750
Lucros retidos do exercício	38.797.920	52.193.175	38.797.920	52.193.175
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	19.609.385	14.629.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Pettenati S.A. Indústria Têxtil ("Pettenati" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul e tem por objeto a fabricação, comercialização e exportação de artigos de malharia, confecção e tecidos. As informações anuais da Pettenati e sua Controlada ("Grupo") foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas operações. As ações da Pettenati são negociadas na Bolsa de Valores (PTNT3, PTNT4) de São Paulo – B3 S.A..

2 Entidade controlada

As demonstrações financeiras anuais consolidadas incluem as operações da Companhia e da seguinte empresa controlada, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	<u>Participação no capital total</u>		<u>Participação no capital votante</u>	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Empresa				
Pettenati Centro América S.A. de C.V.	70,20%	70,20%	98,60%	98,60%

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e estão sendo apresentadas para o exercício que compreende o exercício iniciado em 1º de julho e findo em 30 de junho.

A emissão das demonstrações financeiras anuais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2023.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 21- Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 10– Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

(b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Presidente.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do exercício de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras anuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nessas notas explicativas:

(a)	Moeda estrangeira	7
(b)	Base de consolidação	7.1
(c)	Receita de contrato com cliente	7.2
(d)	Instrumentos financeiros	7.3
(e)	Subvenção e assistência governamentais	7.5 (a)
(f)	Benefícios a empregados	7.12
(g)	Receitas financeiras e despesas financeiras	7.11
(h)	Imposto de renda e contribuição social	7.11(c)
(i)	Estoques	7.4
(j)	Imobilizado	7.7
(k)	Ativos intangíveis e ágio	7.8
(l)	Capital social	23.1
(m)	Redução ao valor recuperável (Impairment)	7.8 (b)
(n)	Provisões	7.10
(o)	Arrendamentos	7.9
(p)	Mensuração do Valor Justo	7.3

7 Moeda funcional, transações e saldos em moeda estrangeira

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional da controlada está relacionada abaixo:

<u>Controladas</u>	<u>Denominação</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Pettenati Centro América S.A. de C.V.	PTCA	Dólar	El Salvador

b. Transações e saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data das demonstrações financeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.1 Base de consolidação

a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

b) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d) Transações eliminadas na consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua Controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

e) Critérios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo sua natureza, complementados com a eliminação dos investimentos na empresa Controlada, dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação, dos lucros/perdas não realizados e das transações a realizar. As demonstrações financeiras consolidadas da Controlada foram convertidas para reais, com base na taxa corrente de venda do dólar americano vigente em 30 de junho de 2023 para saldos patrimoniais e pela taxa na data de cada operação, para as movimentações de resultado, sendo que esta segue os mesmos princípios contábeis da controladora.

f) Investimentos mensurados ao valor justo

Existe ainda um investimento em uma empresa, através da Controlada, na qual a Companhia não possui controle, controle conjunto ou influência significativa, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Estes investimentos são contabilizados pelo método de valor justo e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo gastos de transação.

As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o resultado quando do recebimento de dividendos.

A Companhia participa, indiretamente, na Supertex S.A de C.V. através da sua Controlada, com um percentual de 10%.

7.2 Reconhecimento de contrato com cliente

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, do ajuste a valor presente, bem como para as demonstrações financeiras anuais consolidadas, são eliminadas as operações entre as empresas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um exercício e premissas especificadas. Para contratos que permitem a devolução, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Nessas circunstâncias, um ativo e um passivo de devolução são reconhecidos.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Os juros incidentes sobre as contas a receber, assim como o ajuste a valor presente das contas a receber são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Tecido e confecção	Os clientes obtêm controle da produção de tecidos e confecção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes ou entregues sob cuidados dos transportadores, contratados pelos clientes. As faturas são emitidas no momento da saída das mercadorias das fábricas. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30-45 dias.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Este momento ocorre geralmente quando os produtos são entregues nas instalações dos clientes ou quando retirados por transportadores contratados pelos clientes. Para contratos que incluem a possibilidade de devolução de mercadorias por parte do cliente, o reconhecimento da receita ocorre somente quando é altamente provável que não haverá uma reversão significativa do valor da receita já reconhecida A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo, quando aplicável.

7.3 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(vi) *Apresentação dos juros pagos no demonstrativo dos fluxos de caixa*

A Companhia adotou como política contábil a apresentação do montante de juros pagos, dentro das atividades de financiamentos, em sua demonstração dos fluxos de caixa. Esta definição está vinculada a uma melhor apresentação dentro do curso normal dos negócios.

7.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no cálculo do custo médio. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, alocados com base na capacidade normal de operação. As perdas com a realização de estoques são reconhecidas para estoques de

baixa rotatividade ou obsoletos sem que o valor de realização for menor que o custo médio dos estoques.

7.5 Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos estão apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais ou variações monetárias auferidas (quando aplicável).

Para os demais passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

a. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um benefício do segmento têxtil é reconhecida no resultado como ‘Outras Receitas’ quando a subvenção se torna recebível. As subvenções relacionadas a aquisição de ativos são reconhecidas no resultado como ‘Outras Receitas’, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como ‘Outras Receitas’ em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

7.6 Investimentos

O investimento na Controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e reconhecido no resultado do exercício. No caso das variações cambiais de investimento em Controlada no exterior, no Patrimônio Líquido, e somente serão registradas contra o resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição e ajustados aos valores recuperáveis.

7.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas utilizadas para o cálculo da depreciação foram as a seguir discriminadas:

Contas	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Imóveis	1%	4%
Máquinas e Equipamentos Industriais	5%	10%
Móveis e Utensílios	7%	12%
Computadores e Periféricos	6%	15%
Veículos	3%	12%
Instalações	4%	9%
Equipamento Fotovoltaico	-	5%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

7.8 Ativos intangíveis

As patentes registradas são demonstradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada.

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As taxas utilizadas para o cálculo da amortização foram as a seguir discriminadas:

Contas	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Marcas e Patentes	14%	14%
Softwares	11%	18%

b. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera

informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do devedor;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade geradora de caixa) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

7.9 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBCTG 06/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de

alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação em exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A depreciação do ativo de direito de uso é realizada usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

7.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

7.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem as receitas de juros, despesa de juros, ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

a. Imposto de renda e contribuição social

Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

Controlada no exterior

A Pettenati Centro América S.A. de C.V. está enquadrada nos benefícios da Lei de Zonas Francas Industriais e de Comercialização.

Um dos benefícios proporcionados por esta legislação é o não recolhimento de imposto de renda sobre as atividades incentivadas, ou seja, não há incidência de imposto de renda sobre atividades de fabricação e comercialização de tecidos.

Para preservar os benefícios estabelecidos por esta norma, é necessário que todos os nossos produtos sejam exportados para zonas francas ou fora de El Salvador e não devem ser vendidos a comerciantes locais salvadorenhos.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido,

serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

7.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia possui plano de benefício a empregados que inclui participação nos lucros, quando estes ocorrem. Tal plano de participação não é estatutário, não existindo, portanto, a obrigatoriedade de realizá-lo.

7.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Pettenati é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do dividendo obrigatório é contabilizado inicialmente em conta específica de Patrimônio Líquido e somente é reconhecido como passivo na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

7.14 Resultado por ação

O cálculo é efetuado utilizando a quantidade média de ações durante o exercício reportado. Conforme Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes, em exercícios em que a Companhia gerar lucro, tendo prioridade no recebimento dos dividendos. No caso em que a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos a que fizerem jus no período não superior a 3 exercícios consecutivos, essas ações preferenciais adquirirão direito a voto até que o valor volte a ser pago, conforme estatuto.

7.15 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

7.16 Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia considera que dentro de suas vendas existe um componente financeiro, assim como, em suas compras. Desta forma, o componente financeiro da receita é apresentado como uma receita financeira e o componente financeiro incluído nas compras é apresentado como uma despesa financeira, a fim de apresentar de forma adequada os fluxos de caixa operacionais que fluem da ou para a Companhia.

O cálculo é realizado *pro rata die* entre a data do reconhecimento do ativo ou passivo e a sua data esperada para liquidação. A taxa de risco é ajustada prospectivamente sempre que há alterações no risco da própria Companhia.

Quando há liquidação em exercício diferente do esperado, os ajustes são reconhecidos prospectivamente no resultado.

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 1,74859% . A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

- a. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023 a Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

b. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para exercícios anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas

as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do exercício mais antigo apresentado.

De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo e não são esperados impactos significativos desta alteração.

(ii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros.

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).

Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Caixa	6.137	13.040	27.823	36.611
Numerários em andamento	7.496.390	-	7.496.390	-
Bancos - contas correntes	520.014	539.570	44.167.564	34.061.777
Aplicações financeiras	39.938.972	24.820.509	59.215.772	27.439.509
Total	47.961.513	25.373.119	110.907.549	61.537.897

b. Aplicações financeiras de longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Aplicações financeiras	6.700.999	7.366.941	6.700.999	7.366.941
Total	6.700.999	7.366.941	6.700.999	7.366.941

O caixa corresponde aos bens numerários mantidos em moeda nacional. Os saldos bancários em contas correntes referem-se às contas de livre movimentação mantidas com instituições financeiras, porém, vinculadas a contratos de empréstimos com vencimentos finais no não circulante. As aplicações financeiras da controladora, referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 75% e

110% do CDI. As aplicações da Controlada são remuneradas à taxa de 4,15% a 5,3% ao ano e mantidas em bancos locais.

A aplicação financeira, representa a quantia assegurada para empréstimo.

10 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Clientes no país	39.243.928	58.010.788	63.063.358	99.062.849
Clientes no Exterior	2.677.107	5.752.987	20.964.729	55.253.548
Total	41.921.035	63.763.775	84.028.087	154.316.397

Controladora

	30/06/2023	30/06/2022
Títulos a vencer	40.117.460	62.373.169
1 a 30 dias	1.236.737	984.394
31 a 90 dias	550.540	362.241
91 a 180 dias	103.215	132.045
Mais de 180 dias	545.885	690.660
Provisão para perdas de crédito esperadas	(632.802)	(778.734)
Saldo no final do exercício	41.921.035	63.763.775

Consolidado

	30/06/2023	30/06/2022
Títulos a vencer	78.251.311	112.234.136
1 a 30 dias	5.737.291	27.502.793
31 a 90 dias	617.618	14.795.485
91 a 180 dias	103.215	279.666
Mais de 180 dias	545.885	3.281.921
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.227.233)	(3.777.604)
Saldo no final do exercício	84.028.087	154.316.397

A Companhia reavaliou o impacto das perdas esperadas e comparou-o com os valores efetivamente realizados, conduzindo uma análise abrangente das perdas projetadas, conforme evidenciado no quadro acima. A Companhia mantém os procedimentos para recuperar tais créditos e não possui garantias para esses saldos.

A seguir segue movimentação da rubrica de provisão para perdas de crédito esperadas:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 30/06/2022	(778.734)	(3.777.604)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.506.514)	(2.488.438)
Reversão para perdas de crédito esperadas	1.229.624	4.376.215
Baixas	422.822	422.822
Variação Cambial	-	239.772
Saldo em 30/06/2023	(632.802)	(1.227.233)

11 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Produtos acabados	33.631.906	23.554.048	46.743.773	38.383.699
Produtos em elaboração	6.107.749	6.609.852	11.289.080	11.660.129
Matérias-primas e materiais de consumo	32.615.414	39.416.282	84.545.668	102.497.865
Importações em andamento	1.346.413	3.324.854	3.515.053	10.434.613
Total	73.701.482	72.905.036	146.093.574	162.976.306

Os estoques de produtos acabados são destinados a venda e seu giro e volume estão compatíveis às suas espécies e sazonalidade. São classificados como estoque os adiantamentos de valores efetuados a fornecedores de matéria prima.

Em 30 de junho de 2023 os estoques estavam reduzidos ao valor realizável líquido no montante de 2.975.214 (1.304.676 em 30 de junho de 2022). O valor reconhecido como custo dos produtos vendidos em 2023 foi de 1.670.538 (593.158 em 2022). Nesse ano no consolidado os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante R\$ 7.999.540 (R\$ 4.261.050 em junho de 2022).

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 30/06/2022	(1.304.676)	(4.261.050)
Complemento de provisão	(1.670.538)	(3.738.490)
Saldo em 30/06/2023	(2.975.214)	(7.999.540)

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Pis e Cofins – processos judiciais (a)	2.103.793	22.613.217	2.103.794	22.613.217
Pis e Cofins – ativo imobilizado (b)	2.208.518	28.134	2.208.518	28.134
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	531.420	2.987.600	531.420	2.987.600
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	182.820	1.079.136	182.820	1.079.136
Imposto s/produtos industrializados – IPI	1.998.834	1.757.854	1.998.834	1.757.854
Imp. s/circulação de mercadorias e serviços – ICMS	2.892.565	1.582.544	2.892.565	1.582.544
IVA	-	-	1.181.554	1.086.851
Outros impostos a recuperar	418.359	118.633	418.358	118.633
TOTAL	10.336.309	30.167.118	11.517.863	31.253.969
Ativo Circulante	9.586.228	29.625.021	10.767.782	30.711.872
Ativo Não Circulante	750.081	542.097	750.081	542.097

Os valores que compõem os impostos a recuperar, quando aplicável, estão atualizados pela taxa Selic até o final de cada exercício.

a. Pis e Cofins – Exclusão do ICMS na base de cálculo

Em dezembro de 2021 a Receita Federal do Brasil homologou os créditos para a Companhia referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, mandado de segurança 5006183-44.2015.4.04.7107 e 5017127-66.2019.4.04.7107, respectivamente.

b. Pis e Cofins – Ativo imobilizado

Houve também, em dezembro de 2021, o reconhecimento de créditos de Pis e Cofins sobre o ativo imobilizado provenientes da inconstitucionalidade do art. 31, caput, da Lei nº 10.865/2004, que violou o direito adquirido da Companhia de aproveitar os créditos decorrentes da depreciação das aquisições utilizadas nas suas atividades produtivas.

Os valores atualizados dos impostos relacionados no item *a* encontram-se demonstrados na tabela a seguir:

Imposto	Saldo inicial 30/06/2021	Valor reconhecido	Valor compensado	Atualização Selic	Saldo em 30/06/2022
Pis e Cofins – exclusão do ICMS na base de cálculo	-	30.507.177	10.415.937	480.995	20.572.235
Pis e Cofins – processo judicial ativo imobilizado	-	9.266.302	7.468.431	243.111	2.040.982

Imposto	Saldo inicial 30/06/2022	Valor reconhecido	Valor compensado	Atualização Selic	Saldo em 30/06/2023
Pis e Cofins – exclusão do ICMS na base de cálculo	20.572.235	-	20.235.943	1.767.501	2.103.793
Pis e Cofins – processo judicial ativo imobilizado	2.040.982	-	2.086.348	45.366	-

13 Investimentos

O saldo da conta de investimentos da Companhia tem a seguinte abertura de valores:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Participações em Controladas	167.249.766	189.219.953	-	-
Supertex S.A de C.V.	-	-	2.505.981	2.723.760
Outros Investimentos	151.494	151.491	151.494	151.491
Total	167.401.260	189.371.444	2.657.475	2.875.251

A Companhia possui investimentos na empresa PETTENATI CENTRO AMERICA S.A. de C.V. a qual está localizada na República de El Salvador e tem como objetivo a fabricação e comercialização de tecidos tintos em ponto de malha. Abaixo estão demonstrados os dados da participação na Controlada:

	30/06/2023	30/06/2022
Ações de Capital subscrito	2.000.000	2.000.000
Ações de capital integralizado	2.000.000	2.000.000
Patrimônio líquido	239.867.968	271.146.723
Percentual de participação	70,20%	70,20%
Nº de Ações subscritas possuídas	1.404.000	1.404.000
Nº de Ações integralizadas	1.404.000	1.404.000

O investimento reconhecido na controladora está ajustado por ganhos não realizados na venda de imobilizado para a subsidiária no valor de R\$ 1.137.547 (R\$ 1.125.047 em junho de 2022).

Movimentação dos investimentos:

Pettenati centro américa S.A. de CV	30/06/2023	30/06/2022
Saldo Inicial	189.219.953	157.322.921
Resultado da variação cambial	(14.870.157)	7.871.004
Resultado equivalência patrimonial operações	46.193.919	34.462.364
Ganho não realizado	(12.499)	187.981
Dividendos distribuídos	(53.281.450)	(10.624.317)
Saldo Final	167.249.766	189.219.953

Apresentamos abaixo, as principais rubricas das demonstrações financeiras da Controlada Pettenati

Centro América S.A. de C.V., as quais foram consolidadas ao final de cada exercício.

Ativo (valores em R\$)	30/06/2023	30/06/2022
Circulante	187.719.359	236.340.714
Não Circulante	254.890.281	261.247.640
Total do Ativo	442.609.640	497.588.354
<hr/>		
Passivo e patrimônio líquido (valores em R\$)	30/06/2023	30/06/2022
Circulante	104.349.138	149.581.353
Não Circulante	98.392.534	79.575.657
Patrimônio Líquido	239.867.968	268.431.344
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	442.609.640	497.588.354
<hr/>		
Demonstrativo de Resultados (valores em R\$)	01/07/2022 a 30/06/2023	01/07/2021 a 30/06/2022
<hr/>		
Receita Líquida	509.133.235	498.028.143
CPV	(426.804.636)	(427.787.465)
Resultado Bruto	82.328.599	70.240.678
Despesas Comerciais	(6.163.976)	(6.250.881)
Despesas Administrativas	(13.449.992)	(13.757.017)
Provisão para perda de créditos esperada	(747.128)	5.955.008
Outras Receitas Líquidas	13.330.044	(240.542)
Despesas Financeiras	(14.771.477)	(11.835.605)
Receitas Financeiras	5.278.658	4.982.659
Resultado antes do IR	65.804.728	49.094.300
Provisão para Imposto de Renda	(1.423)	(2.612)
Resultado Líquido	65.803.305	49.091.688

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos tributários futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu débitos e créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

	01/07/2022 a 30/06/2023	01/07/2021 a 30/06/2022
Lucro antes da CSLL e IRPJ	63.529.270	94.004.867
Imposto de renda e contribuição social 34%	(21.599.952)	(31.961.655)
Juros Selic sobre impostos	746.196	5.837.437
Incentivos fiscais ICMS	3.606.925	2.096.312
Incentivos fiscais Lei do Bem	992.456	1.940.094
Participações no resultado	(365.366)	(1.222.563)
Programa de alimentação do trabalhador	(132.965)	(74.004)
IRRF sobre aplicações financeiras	(113.816)	(94.103)
Outros	2.335.172	(3.018.460)
IR e CS sobre o resultado Controladora	(14.531.350)	(26.496.942)
Alíquota efetiva	-22,87%	-28,19%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.280.909	(4.210.393)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(24.812.259)	(22.286.549)

No consolidado, existe ainda um adicional de imposto de renda corrente sobre o lucro, sem definição específica que é recolhida na controlada no equivalente a R\$ 1.423 (R\$ 2.612 em 30 de junho de 2022) totalizando líquido de imposto de R\$ 24.813.682 (R\$ 22.289.161 em 30 de junho de 2022).

15 Partes relacionadas

a. Saldos das operações entre partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com a Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V., decorrem de venda de ativos imobilizados e reembolso de despesas sem incidência de juros entre a Companhia e sua Controlada, cujas condições podem divergir de condições usuais de mercado. Abaixo estão demonstrados os respectivos valores.

	Controladora			
	Ativo		Resultado	
Ativo circulante	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Venda imobilizado	-	26.187	-	187.980
Reembolso de despesas	-	34.533	-	-

b. Saldos e operações entre partes relacionadas consolidado

Os saldos de ativos em 30 de junho de 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de operações de vendas de produtos para as companhias Supertex El Salvador S.A. de C.V e Supertex Lourdes S.A. de C.V. nas quais a Controlada participa com 10% do montante do capital social. Ambas as companhias estão localizadas em El Salvador.

Consolidado			
Ativo - Clientes		Resultado – Receita líquida	
30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Pettenati Centro America S.A de C.V.	60.720	-	144.200,10
Supertex El Salvador S.A. de C.V.	20.708.673	119.027.768	87.268.439

c. Remuneração da administração

O montante global anual da remuneração dos Administradores foi fixado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de outubro de 2022, em até R\$ 6.300.000.

As despesas referentes aos honorários fixos da Administração, no exercício de 01 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e o mesmo exercício anterior são as seguintes:

	Membros remunerados 30/06/2023	30/06/2023	Membros remunerados 30/06/2022	30/06/2022
Conselho de administração	2	404.800	2	368.000
Diretoria	4	4.268.000	5	3.900.000
Conselho consultivo	2	720.000	2	700.000
Conselho fiscal	3	261.600	3	251.520
Total dos honorários da administração		5.654.400		5.219.520

Adicionalmente aos valores acima, foi provisionada como participação dos dirigentes nos lucros do exercício em junho de 2023 o valor de R\$1.000.000 (R\$ 1.350.000 em junho de 2022) e está sujeita à aprovação na próxima Assembleia.

d. Outros saldos com partes relacionadas

O saldo de dividendos a receber da Controlada, em 30 de junho de 2023 é de R\$ 16.913.286. Existe ainda um saldo de R\$ 2.172 (R\$ 211 em 30 de junho de 2022) referente a reembolsos de despesas a serem realizadas para a Gladium, cujo valor é ajustado pela taxa Selic e não possui prazo de vencimento.

16 Imobilizado e intangível

a. Saldos ao final de cada exercício

	Controladora				Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 30/06/2023	Líquido 30/06/2022	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 30/06/2023	Líquido 30/06/2022
Imóveis	74.458.410	(38.965.690)	35.492.720	36.067.995	198.151.542	(62.439.376)	135.712.167	146.030.983
Máquinas Equipamentos Industriais	182.833.704	(104.483.897)	78.349.807	54.191.834	474.191.265	(289.793.505)	184.397.760	155.954.112
Móveis e Utensílios	6.644.621	(3.619.851)	3.024.770	2.197.401	38.372.176	(22.114.704)	16.257.473	15.326.963
Computadores e Periféricos	4.480.583	(2.174.590)	2.305.993	1.700.011	9.526.408	(5.430.804)	4.095.603	3.856.891
Veículos	856.950	(547.361)	309.589	190.884	1.779.777	(1.217.993)	561.784	466.928
Instalações	30.255.817	(22.334.939)	7.920.878	7.205.638	67.672.861	(39.280.415)	28.392.446	26.329.432
Imobilizado em andamento	14.661.102	-	14.661.102	2.804.465	14.661.102	-	14.661.100	2.804.465
Equipamento de Geração Fotovoltaico	-	-	-	-	12.343.000	(2.073.248)	10.269.753	10.753.951
Imobilizado	314.191.187	(172.126.328)	142.064.859	104.358.228	816.698.131	(422.350.045)	394.348.086	361.523.725
Marcas e Patentes	108.905	(79.872)	29.033	30.666	108.905	(79.872)	29.033	30.666
Softwares	4.769.860	(3.439.074)	1.330.787	1.037.492	6.400.368	(4.968.509)	1.431.860	1.270.829
Intangível em andamento – Inovação	934.916	-	934.916	549.508	934.916	-	934.916	549.508
Intangível	5.813.681	(3.518.946)	2.294.736	1.617.666	7.444.189	(5.048.381)	2.395.809	1.851.003
Total do imobilizado e intangível	320.004.868	(175.645.274)	144.359.595	105.975.894	824.142.320	(427.398.426)	396.743.895	363.374.728

b. Movimentação controladora

Controladora								
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações	Imobilizado em andamento	Totais
Saldo em 30/06/2022	36.067.995	54.191.834	2.197.401	1.700.011	190.884	7.205.638	2.804.465	104.358.228
Adições	-	26.648.958	1.157.207	783.536	145.255	1.369.959	15.601.106	45.706.021
Baixas	-	(367.011)	(11.293)	(9.038)	(6.738)	-	-	(394.080)
Depreciações	(575.275)	(5.868.442)	(318.545)	(168.515)	(19.812)	(654.719)	-	(7.605.308)
Transferência	-	3.744.469	-	-	-	-	(3.744.469)	-
Saldo em 30/06/2023	35.492.720	78.349.808	3.024.770	2.305.994	309.589	7.920.878	14.661.102	142.064.861

Controladora								
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações	Imobilizado em andamento	Totais
Saldo em 30/06/2021	36.601.507	34.163.982	1.077.333	614.368	205.193	7.398.846	1.997	80.063.226
Adições	1	22.950.956	1.359.530	1.286.776	-	744.116	3.889.848	30.231.227
Baixas	-	(803.723)	(36.508)	(93.800)	-	(334.767)	-	(1.268.798)
Transferência	45.518	1.041.863	-	(1)	-	-	(1.087.380)	-
Depreciações	(579.031)	(3.161.244)	(202.954)	(107.332)	(14.309)	(602.557)	-	(4.667.427)
Saldo em 30/06/2022	36.067.995	54.191.834	2.197.401	1.700.011	190.884	7.205.638	2.804.465	104.358.228

c. Movimentação consolidado

Consolidado									
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações	Imobilizado em andamento	Equipamentos De geração fotovoltaico	Totais
Saldo em 30/06/2022	146.030.983	155.954.112	15.326.963	3.856.891	466.928	26.329.432	2.804.465	10.753.951	361.523.725
Adições	995.319	56.357.915	4.395.403	1.106.840	239.915	6.106.028	15.601.106	1.008.956	85.811.482
Baixas	(63.151)	(615.687)	(174.638)	(97.419)	(6.738)	(10.646)	-	-	(968.279)
Depreciações	(2.526.857)	(20.158.492)	(2.158.254)	(612.154)	(116.378)	(2.298.134)	-	(606.536)	(28.476.804)
Transferência	-	3.744.469	-	-	-	-	(3.744.469)	-	-
Efeito Cambial	(8.724.127)	(10.884.558)	(1.132.001)	(158.555)	(21.944)	(1.734.234)	-	(886.617)	(23.542.036)
Saldo em 30/06/2023	135.712.167	184.397.759	16.257.473	4.095.603	561.783	28.392.446	14.661.102	10.269.754	394.348.085

Consolidado									
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações	Imobilizado em andamento	Equip. geração fotovoltaico	Totais
Saldo em 30/06/2021	142.613.927	135.834.809	13.896.775	2.320.661	401.909	26.613.478	1.997	6.888.293	328.571.849
Adições	1	41.237.924	4.437.636	2.097.154	155.666	1.827.527	3.889.848	4.086.964	57.732.720
Baixas	-	(1.064.233)	(80.213)	(117.214)	-	(304.221)	-	-	(1.565.881)
Depreciações	(2.509.082)	(18.462.097)	(2.145.837)	(592.361)	(99.888)	(2.168.272)	-	(544.568)	(26.522.105)
Transferência	286.958	1.087.278	100	-	-	(287.058)	(1.087.380)	102	-
Efeito Cambial	5.639.179	(2.679.569)	(781.498)	148.651	9.241	647.978	-	323.160	3.307.142
Saldo em 30/06/2022	146.030.983	155.954.112	15.326.963	3.856.891	466.928	26.329.432	2.804.465	10.753.951	361.523.725

d. Intangível – Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes	Softwares	Totais	Marcas e patentes	Softwares	Totais
Saldo em 30/06/2022	30.666	1.587.000	1.617.666	30.666	1.820.337	1.851.003
Adições	-	992.107	992.107	-	994.294	994.294
Baixas	-	-	-	-	(3.972)	(3.972)
Amortização	(1.633)	(313.403)	(315.036)	(1.633)	(433.331)	(434.964)
Efeito Cambial	-	-	-	-	(10.553)	(10.553)
Saldo em 30/06/2023	29.033	2.265.703	2.294.736	29.033	2.366.776	2.395.809

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Fornecedores no país	32.278.423	38.920.673	42.807.187	63.400.802
Fornecedores no exterior	7.253.488	3.551.788	34.980.066	25.572.092
Total	39.531.911	42.472.461	77.787.253	88.972.894
Passivo Circulante	38.871.208	41.046.891	75.170.439	83.407.981
Passivo Não Circulante	660.703	1.425.570	2.616.814	5.564.913

18 Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Moeda Nacional					61.752.692	46.350.460	61.752.692	46.350.460
Aval	Capital de Giro	CDI	2,11% a.a.	2022	-	2.619.750	-	2.619.750
Aval	NCE	CDI	2,50% a.a.	2023	8.014.809	15.886.195	8.014.809	15.886.195
Aval	Capital de Giro	CDI	4,55% a.a.	2023	-	3.333.333	-	3.333.333
Aval	NCE	CDI	2,14% a.a.	2024	5.265.005	8.726.628	5.265.005	8.726.628
Aval	Capital de Giro	CDI	2,58% a.a.	2024	6.289.254	10.442.694	6.289.254	10.442.694
Aval	CCB	IPCA	8,57% a.a.	2023	11.065.575	-	11.065.575	-
Aval	CPRF	CDI	2,18 % a.a	2025	17.201.458	-	17.201.458	-
Aval	CCB	IPCA	7,67% a.a	2025	8.476.887	-	8.476.887	-
Aplicação financeira	CCB	CDI		2026	5.439.704	5.341.860	5.439.704	5.341.860
Moeda Estrangeira					3.289.125	4.798.675	151.559.797	164.973.466
Aval	Capital de Giro		4,75% a.a.	2025	-	-	-	26.687.237
Aval	Loan 4131		0,86% a.a.	2025	3.289.125	4.798.675	3.289.125	4.798.675
Aval	Capital de Giro		5,00% a.a.	2025	-	-	-	38.263.096
Aval	Capital de Giro		6,00% a.a.	2025	-	-	17.746.080	-
Promissória	Capital de Giro		4,50% a.a.	2022	-	-	-	5.255.436
Promissória	Capital de Giro		5,50% a.a.	2023	-	-	-	11.799.704
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2023	-	-	-	15.759.671
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2024	-	-	-	20.377.840
Promissória	Capital de Giro		5,25% a.a.	2023	-	-	-	15.789.341
Promissória	Capital de Giro		5,75% a.a.	2024	-	-	19.284.392	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2024	-	-	11.625.495	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2025	-	-	17.450.349	-
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2025	-	-	-	26.242.466
Promissória	Capital de Giro		6,75% a.a.	2024	-	-	4.821.873	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2027	-	-	38.724.715	-
Promissória	Capital de Giro		6,75% a.a.	2027	-	-	38.617.768	-
Total					65.041.817	51.149.135	213.312.489	211.323.926
Passivo circulante					39.401.675	27.024.135	91.235.924	111.762.612
Passivo não circulante					25.640.142	24.125.000	122.076.565	99.561.314

Os empréstimos em dólares, constantes do consolidado, são oriundos da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V. e serão por essa liquidados, quando de seus vencimentos, em dólares norte-americanos. Tais empréstimos no final de cada exercício correspondem a:

	30/06/2023	30/06/2022
Dólares	30.766.657	30.579.380

Os empréstimos possuem avais e garantias, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Garantias				
Aval	59.602.113	45.807.275	77.348.193	110.757.608
Aplicação financeira	5.439.704	5.341.860	5.439.704	5.341.860
Promissória	-	-	130.524.592	95.224.458
Total em garantias	65.041.817	51.149.135	213.312.489	211.323.926

Reconciliação do fluxo de caixa de empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 30 de junho de 2021	20.940.109	208.100.283
Despesas de juros	4.354.142	12.150.798
Variação cambial	(1.043.858)	7.778.733
Pagamentos de juros	(1.027.474)	(8.917.274)
Empréstimos tomados	46.343.000	93.485.000
Amortização de principal	(18.416.784)	(101.273.614)
Fluxo de caixa - Atividades de financiamento	30.209.026	3.223.643
Saldo em 30 de junho de 2022	51.149.135	211.323.926
Despesas de juros	8.940.684	18.898.002
Variação cambial	(174.435)	(13.506.367)
Pagamentos de juros	(5.608.067)	(15.770.951)
Empréstimos tomados	40.000.000	150.082.922
Amortização de principal	(29.265.500)	(137.715.043)
Fluxo de caixa - Atividades de financiamento	13.892.682	1.988.563
Saldo em 30 de junho de 2023	65.041.817	213.312.489

A Companhia possui instrumentos de dívida que preveem o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, entre outras obrigações, a manutenção de determinados índices financeiros. Abaixo, as principais exigências de índices financeiros impostas:

- Manutenção do índice Dívida /EBITDA igual ou inferior a 2,5 e 3,5 vezes;
- Manutenção do índice EBITDA/Parte da dívida de longo prazo, classificada no circulante: não inferior a 1,5 vezes;
- Manutenção do índice de Passivo total/Patrimônio líquido: Não superior a 1,5 a 2,5 vezes;

- Manutenção das garantias físicas e financeiras;
- Vedação quanto à existência de quaisquer protestos legítimos e não sanadas no tempo de cura;
- Inadimplência de quaisquer exigências, pecuniárias ou não, previstas nos contratos

Estas cláusulas restritivas financeiras são monitoradas pela Administração da Companhia. Em 30 de junho de 2023, a Companhia está cumprindo com todas as exigências.

19 Contribuições e obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Salários a pagar	3.290.483	3.267.784	6.049.778	16.926.037
INSS a pagar	1.389.739	1.642.623	1.389.739	1.642.623
FGTS a pagar	328.449	322.820	328.449	322.820
Provisões para encargos trabalhistas	7.103.080	7.025.655	10.555.370	10.534.774
Retenções	-	-	679.488	701.956
Participação dos funcionários no resultado	1.913.973	2.890.630	1.913.973	2.890.630
Participação dos dirigentes no resultado	1.000.000	1.350.000	1.000.000	1.350.000
Outros	89.928	25.061	89.928	25.061
Total	15.115.652	16.524.573	22.006.725	34.393.901

20 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Representantes	552.675	893.495	552.675	893.495
Credores diversos	3.882.322	2.094.435	5.152.195	3.386.802
Adiantamento de clientes	1.301.784	4.991.969	3.416.451	5.588.764
Provisões diversas	941.505	1.444.765	941.505	1.444.765
Total	6.678.286	9.424.664	10.062.826	11.313.826

21 Contingências

A Controladora é parte envolvida em processos judiciais nas áreas trabalhistas e cível, que estão em andamento. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais. As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como

perdas possíveis ou prováveis ao final de cada exercício estão apresentadas a seguir, sendo que as contingências consideradas como perdas prováveis estão provisionadas contabilmente.

Contingências passivas (controladora)

A Controladora é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível de perda provável e de perda possível dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho, por doenças ocupacionais, pedidos de equiparação salarial, e pedidos de vínculo empregatício de prestadores de serviços. As contingências consideradas como perdas possíveis de natureza trabalhista constituem o montante de R\$ 3.930.848 e R\$ 3.014.328 em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, respectivamente. As contingências consideradas como perdas possíveis de natureza cível constituem o montante de R\$ 851.000 e R\$ 4.127 em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, respectivamente. Não há contingências tributárias passivas nos exercícios analisados.

As contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas prováveis estão provisionadas e seu valor informado abaixo, juntamente com os valores dos depósitos judiciais relacionados.

	Controladora	
	30/06/2023	30/06/2022
Natureza	Provável	Provável
Provisão Contingência Trabalhista	1.771.856	3.462.534
		-
Natureza	Depósitos judiciais	Depósitos judiciais
Trabalhista	1.372.984	1.692.405

A Companhia vem trabalhando no fechamento de acordos, para encerrar processos antigos. Esse trabalho vem sendo realizado a fim de reduzir o número de processos em andamento e vem surtindo efeitos na redução de contingências no passivo.

Abaixo segue movimentações das provisões de contingências trabalhistas:

	Controladora
Saldo em 30/06/2022	3.462.534
Provisão de Contingência Trabalhista	1.363.755
Pagamento	(578.533)
Reversão de Contingência Trabalhista	(2.475.900)
Saldo em 30/06/2023	1.771.856

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 85.000.000 é composto de 16.016.924 ações ordinárias e 32.029.564 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 28 de outubro de 2022 foi aprovado o aumento de capital da companhia no valor de R\$ 19.000.000, passando de R\$ 66.000.000, para o valor de R\$ 85.000.000, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro.

De acordo com o estatuto social, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, a Companhia poderá aumentar seu capital em até mais 5.479.233.218 ações ordinárias e 10.958.466.436 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro que proporcione direito de conversão em ações, e não possui instrumento de opção ou bônus de emissão que exercidos os direitos sejam emitidas ações.

Ações em circulação:

30/06/2023		30/06/2022	
Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
385.220	31.573.760	385.220	31.573.760

22.2 Reservas de lucros

As reservas possuem as seguintes naturezas:

a. Incentivos fiscais

Para investimentos

O saldo de 5.955.177 em 30 de junho de 2023 (5.955.177 de junho de 2022), decorre de incentivos fiscais recebidos por aplicação em cotas de Finor, Finam e operacionalização do Fundopem (RS), os quais estão registrados na reserva de capital.

Reserva de subvenção para investimentos

A Companhia registrou como reserva de subvenção para investimentos o montante de 87.108.799 (76.500.196 em junho de 2022), relativo às subvenções recebidas. Os incentivos fiscais são destinados após o encerramento do exercício para conta de reserva de subvenção para investimentos em conformidade com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Os valores apurados referem-se à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS usufruído pela Companhia, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores registrados contabilmente estão compostos da seguinte forma:

Exercício 17/18	4.758.922
Exercício 18/19	8.133.950
Exercício 19/20	6.250.675
Exercício 20/21	5.869.359
Exercício 21/22	6.165.623
Exercício 22/23	10.608.603
Total Crédito Presumido ICMS	41.787.132
Exercício 2013	9.998.618
Exercício 2014	8.880.157
Exercício 2015	8.347.641
Exercício 2016	8.459.722
Exercício 2017	9.635.529
Total LC 160/2017 constituída	45.321.667
	87.108.799

A partir da Lei Complementar 160/2017, os incentivos fiscais do ICMS são considerados subvenção para investimentos e não devem ser tributados pelo IRPJ e CSLL. Diante disso, a Companhia buscou reaver estes valores que foram tributados a maior, dentro do prazo prescricional e reconheceu os ativos no exercício de 2018. Na forma em que estabelece a legislação, o principal requisito para a não tributação é a destinação do valor das receitas de subvenção para reserva de incentivos fiscais, dentro da Companhia de reservas de lucros, bem como devem ser excluídos da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

Em atenção ao disposto no inciso 3º, art. 198 da instrução normativa da Receita Federal 1700/2017, a Companhia constituiu a reserva de lucros relativa à subvenção de investimentos relacionada aos exercícios que antecedem a mudança na legislação, ou seja, de 2013 a 2017, a qual foi transferida da reserva estatutária de Reserva de aumento de capital, investimentos e capital de giro, mediante aprovação em Assembleia.

b. Reserva legal

O saldo de 15.649.896 (R\$ 13.200.000 em 30 de junho de 2022) foi constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Ao atingir o limite de 20% do capital social, a constituição da reserva é interrompida.

a. Reserva de aumento de capital, investimentos e capital de giro

O saldo de 94.665.873 (96.435.340 em junho de 2022) refere-se à reserva estatutária para aumento de capital, investimentos e capital de giro que tem por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. É formada com o saldo do lucro ajustado, após dele deduzido o dividendo obrigatório e tem como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

Os administradores, conforme aprovação realizada em Reunião do Conselho de Administração em 27 de setembro, a proposta da administração, a qual será submetida para aprovação da assembleia, é de aumento de capital com parte do valor dessa reserva, de forma a atender o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, conforme modificada.

Prevê o estatuto da Companhia que do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído:

- (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e
- (c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro (conforme descrito no parágrafo abaixo), ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela assembleia geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A assembleia geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.

22.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído do imobilizado

O saldo de R\$ 19.017.139 (R\$ 19.388.407 em 30 de junho de 2022) é composto da seguinte forma:

i) R\$ 3.632.445 (R\$ 3.706.744 em 30 de junho de 2022) refere-se à reavaliação efetuada sobre imóveis, em 12 de dezembro de 1989, com base em laudo técnico. Os saldos da respectiva reserva são os seguintes:

ii) R\$ 15.384.694 (R\$ 15.681.664 em 30 de junho de 2022) foi constituído em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, já líquido dos impostos diferidos, na adoção inicial do CPC 27/IAS 16.

Outros resultados abrangentes

O equivalente a R\$ 52.610.756 (R\$ 67.480.913 em 30 de junho de 2022) é apresentado pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Controlada.

23 Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes.

Em 30/06/2023, foi provisionado a título de dividendos o valor de 10.200.000, sendo que a efetivação do pagamento aguarda aprovação da assembleia geral de acionistas.

O valor foi distribuído igualmente aos acionistas, calculados conforme segue:

Descrição	30/06/2023
Lucro Líquido	48.997.920
Realização Custo Atribuído	296.970
Realização da Reserva de Reavaliação	74.299
Total a Destinar	49.369.189
Destinações Propostas	49.369.189
Reserva Legal	2.449.896
Reserva Subvenção de Investimento (07/2022 a 06/2023)	10.608.603
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o resultado	36.310.690
Dividendos (0,188935192 por ação preferencial e ordinária)	9.077.673
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o capital social	85.000.000
Dividendos (0,212294393 por ação preferencial e ordinária)	10.200.000
Constituição das reservas	39.169.189
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

No presente exercício, a distribuição de dividendos foi calculada com base no Capital Social, uma vez que o valor por ação preferencial se mostrou mais vantajoso utilizando essa abordagem em comparação com a base referente ao resultado do exercício.

Quando existentes, os dividendos obrigatórios são demonstrados no Balanço Patrimonial da Controladora, como obrigações (provisão no passivo circulante) e os não obrigatórios estão contabilizados em conta de Patrimônio Líquido, no equivalente a R\$ 1.122.328.

No valor consolidado de dividendos a pagar, encontram-se R\$ 16.385.296 (R\$ 18.030.129 em 30 de junho de 2022), devidos pela Controlada situada em El Salvador aos acionistas não controladores.

24 Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora					
30/06/2023					
	Hierarquia do valor justo	30/06/2023		30/06/2022	
		Custo amortizado	Valor justo pelo resultado	Custo amortizado	Valor justo pelo resultado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		47.961.513	-	25.373.119	-
Aplicações financeiras		6.700.999	-	7.366.941	-
Contas a receber		41.921.035	-	63.763.775	-
Derivativos	Nível 2	-	550.462	-	-
Depósitos judiciais		1.372.984	-	1.692.405	-
Outras contas a receber		3.780.893	-	5.712.917	-
Despesas antecipadas		1.762.142	-	994.737	-
Contas a receber de partes relacionadas		-	-	60.720	-
Passivo					
Fornecedores		39.531.910	-	42.472.461	-
Empréstimos e financiamentos		65.041.817	-	51.149.135	-
Obrigações tributárias		1.844.012	-	1.130.683	-
Contribuições e obrigações com o pessoal		15.115.652	-	16.524.573	-
Outras contas a pagar		6.678.286	-	9.424.664	-
Dividendos a pagar		9.102.764	-	15.314.750	-
Arrendamento mercantil a pagar		372.254	-	305.107	-
Outras contas a pagar para partes relacionadas		2.172	-	211	-
Consolidado					
30/06/2023					
	Hierarquia do valor justo	30/06/2023		30/06/2022	
		Custo amortizado	Valor justo pelo resultado	Custo amortizado	Valor justo pelo resultado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		110.907.549	-	61.537.897	-
Aplicações financeiras		6.700.999	-	7.366.941	-
Clientes		84.028.087	-	154.316.397	-
Derivativos	Nível 2	-	550.462	-	-
Depósitos judiciais		1.372.984	-	1.692.405	-

Outras contas a receber	7.139.857	-	7.139.479	-
Despesas antecipadas	3.700.416	-	2.853.482	-
Contas a receber de partes relacionadas	20.708.673		15.240.606	-
 Passivo				
Fornecedores	77.787.252	-	88.972.894	-
Empréstimos e financiamentos	213.312.489	-	211.323.926	-
Obrigações tributárias	1.857.976	-	1.138.552	-
Contribuições e obrigações com o pessoal	22.006.725	-	34.393.901	-
Outras contas a pagar	10.062.826	-	11.313.826	-
Dividendos a pagar	18.663.271	-	18.030.129	-
Arrendamento mercantil a pagar	372.254	-	305.107	-
Outras contas a pagar para partes relacionadas	2.172	-	211	-

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo e é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco a Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. A Companhia busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

- **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Em relação a isso são adotados procedimentos de seletividade e análises para limites de créditos mantendo provisão suficiente para minimizar eventuais perdas. Veja exposição ao risco apresentada na nota explicativa número 10.

- **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia analisa e acompanha seu fluxo de caixa, investimentos e endividamento mensalmente com o objetivo de agir de forma estratégica na captação de recursos e no controle dos investimentos.

Consolidado						
30 de junho de 2023	Fluxos de caixa contratuais					
<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	213.312.489	239.817.211	15.028.618	89.151.503	70.376.857	65.260.233
Passivo de arrendamento	372.254	430.133	109.011	215.066	106.056	-
Fornecedores	77.787.253	77.787.253	60.312.952	15.518.190	1.495.295	460.816
Contribuições com pessoal	22.006.725	22.006.725	12.047.676	9.959.049	-	-
Dividendos	16.385.296	16.385.296	-	16.385.296	-	-
Outras contas a pagar	10.062.826	10.062.826	10.062.826	-	-	-

- Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações afetem os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Quanto aos fatores de risco de mercado que poderiam afetar os negócios, estes estão apresentados da seguinte forma:

Risco à taxa de juros

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada

Uma alteração de 25% e 50% nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

		Impacto no resultado				
		Cenário Atual	Cenário I	Cenário I	Cenário II	Cenário II
			25%	-25%	50%	-50%
Taxa de juros DI	Valor contábil	12,65%	15,81%	9,49%	18,98%	6,33%
Empréstimos	(65.041.817)	(8.878.208)	(11.097.760)	(7.102.566)	(13.317.312)	(5.918.805)
Aplicações financeiras	46.639.971	6.366.356	7.957.945	5.093.085	9.549.534	4.244.237
	<u>(18.401.846)</u>	<u>(2.511.852)</u>	<u>(3.139.815)</u>	<u>(2.009.481)</u>	<u>(3.767.778)</u>	<u>(1.674.568)</u>
Variação			(627.963)	502.370	(1.255.926)	837.284

- (a) **Riscos com taxa de câmbio:** decorrem da possibilidade de a Companhia vir a incorrer perdas ou ganhos por conta das flutuações nas cotações das moedas estrangeiras. A tabela abaixo demonstra

os saldos em moeda estrangeira contidos nas respectivas contas.

	Controladora			
	30/06/2023			
	R\$	US\$	ES	JPYS
Clientes (i)	2.737.115	568.031	-	-
Numerários em andamento	7.496.390	1.524.191	28.875	-
Outros ativos	1.376.801	275.718	-	-
Adiantamento a fornecedores (iii)	3.841.926	338.958	417.920	-
Total Ativo	15.452.232	2.706.898	446.795	-
Fornecedores (iv)	(7.253.488)	(22.000)	(908.422)	(71.001.721)
Financiamento de imobilizado	-	-	-	-
Empréstimos (v)	(3.289.125)	-	(497.285)	-
Arrendamento mercantil a pagar	(460.280)	-	(87.483)	-
Adiantamento de clientes (vi)	(682.843)	(141.692)	-	-
Total Passivo	(11.685.736)	(163.692)	(1.493.190)	(71.001.721)
Exposição líquida	3.766.496	2.543.206	(1.046.395)	(71.001.721)
Aumento de 10% nas moedas	(376.650)			
Aumento de 20% nas moedas	(753.299)			

	Controladora			
	30/06/2022			
	R\$	US\$	ES	JPYS
Clientes (i)	2.682.329	512.149	-	-
Numerários em andamento	3.070.657	586.295	-	-
Outros ativos (ii)	3.594.600	700.000	-	-
Adiantamento a fornecedores (iii)	10.042.385	701.982	927.000	33.495.870
Total Ativo	19.389.971	2.500.426	927.000	33.495.870
Fornecedores (iv)	(3.049.682)	-	(280.460)	(39.167.759)
Financiamento de imobilizado	(502.105)	-	-	(13.007.890)
Empréstimos (v)	(5.300.004)	-	(876.771)	-
Arrendamento mercantil a pagar	(959.333)	-	(174.965)	-
Adiantamento de clientes (vi)	(3.206.973)	(612.251)	-	-
Total Passivo	(13.018.097)	(612.251)	(1.332.196)	(52.175.649)
Exposição líquida	6.371.874	1.888.175	(405.196)	(18.679.779)
Aumento de 10% nas moedas	(637.187)			
Aumento de 20% nas moedas	(1.274.375)			

- (i) Trata-se do saldo de vendas a receber no mercado externo, ou seja, exportações realizadas no curso normal das atividades.

- (ii) O saldo é referente a contrato de câmbio, que já foram liquidados, para aquisição de moeda. Os saldos serão destinados ao pagamento de fornecedores estrangeiros no futuro.
- (iii) Adiantamentos a fornecedores de imobilizado no mercado externo. A Companhia vem fazendo aquisições, principalmente de maquinários, para ampliação da capacidade fabril de confecções e modernizações das plantas.
- (iv) Fornecedores de matérias primas no mercado externo.
- (v) Empréstimos tomados no exterior, em moeda estrangeira, por uma maior atratividade nos custos.
- (vi) Valores recebidos antecipadamente de clientes no exterior, como garantia para exportações.

(b) **Derivativos:** a Controladora mantém instrumentos derivativos visando a proteção de operações de importações, exportações e recebimento de dividendos de sua Controlada. Os ganhos ou perdas (resultado financeiro) são reconhecidos por competência no resultado. Os contratos de travas de importação têm seu valor desembolsado no ato do contrato, sendo registrado no Ativo. Enquanto os contratos de travas de exportação são registrados pelo seu valor justo. A Administração da Companhia monitora permanentemente os instrumentos financeiros derivativos. Abaixo estão apresentados os saldos dos contratos e os ganhos e perdas nos exercícios:

Valores em 30/06/2022						
Vencimentos	Operação	Valor contratado em US\$	Valor contratado em R\$	Ganhos / (perdas) R\$	Ganhos / (perdas) US\$	Operações
out/22	Trava de dividendos	1.000.000	5.238.000	282.000	53.837	Dividendos
fev/23	Trava de importação	250.000	1.320.250	10.900	2.016	Compras futuras
fev/23	Trava de importação	250.000	1.290.750	18.600	3.565	Compras futuras
mar/23	Trava de importação	200.000	983.600	63.880	12.243	Compras futuras
	Total	1.700.000	8.832.600	375.380	71.661	

Valores em 30/06/2023						
Vencimentos	Operação	Valor contratado em US\$	Valor contratado em R\$	Ganhos / (perdas) R\$	Ganhos/(perdas) US\$	Operações
jan/24	Trava de importação	400.000	2.006.400	(14.901)	3.092	Compras futuras
abr/24	Trava de importação	200.000	997.000	(33.160)	6.881	Compras futuras
set/23	Swap	-	20.000.000	598.523	124.196	Empréstimos
	Total	600.000	23.003.400	550.462	134.169	

(c) Em relação à análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia utilizou um cenário provável com expectativa da taxa média do dólar para o ano de 2023, tendo como base o Relatório Focus de 06 de abril de 2023. A operação de swap não está vinculada a taxa do dólar, mas sim, ao CDI.

Cenário provável					
Operação	Valor contratado em US\$	Valor contratado em R\$	Taxa de contratação	Taxa dólar estimado	Ganho/(perda) na variação do valor justo
Trava de importação	400.000	2.006.400	5,016	5,000	(6.400)
Trava de importação	200.000	997.000	4,985	5,000	3.000
Total					(3.400)

Em relação ao contrato de swap, a Companhia utilizou um cenário provável utilizando o IPCA (taxa contratada do empréstimo) e o CDI (taxa do swap):

Operação	Valor contratado em R\$	Taxa dos empréstimos	Cenário provável	
			Taxa Swap	Ganho/(perda)
Swap	20.000.000	12,73%	14,58%	(370.000)
Total				(370.000)

25 Lucro por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30/06/2023		30/06/2022	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Resultado líquido do exercício	16.334.096	32.663.824	22.504.648	45.003.277
Média ponderada de ações emitidas	16.016.924	32.029.564	16.016.924	32.029.564
Resultado por ação (básico e diluído)	1,02	1,02	1,41	1,41

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

26 Receita líquida de vendas

Abaixo, está apresentada a receita desagregada por região geográfica:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Brasil	383.844.839	397.012.941	383.844.840	397.012.941
Argentina	11.727.150	20.583.689	11.727.150	20.678.998
China	6.269.525	-	6.691.242	89.022
Paraguai	4.703.537	5.922.121	4.703.537	5.922.121
El Salvador	-	-	336.913.230	330.394.103
Estados Unidos	-	-	78.575.685	69.210.712
Guatemala	-	-	47.864.667	63.779.331
Taiwan	-	-	31.508.083	33.316.372
Coreia	-	-	14.408.934	918.285
Honduras	-	-	8.125.344	5.638.620
Outros	2.074.803	2.293.620	3.961.956	1.581.803
Devoluções de Vendas	(1.570.001)	(1.164.631)	(12.141.580)	(5.866.425)
Impostos sobre Vendas	(75.025.886)	(78.662.856)	(75.025.886)	(78.662.856)
Receita Líquida	332.023.967	345.984.884	841.157.202	844.013.027

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Receitas financeiras	26.986.721	42.521.548	32.265.379	47.504.207
Rendimentos de aplicação financeira	5.113.747	2.782.715	5.113.748	2.782.715
Atualização sobre créditos tributários	1.800.603	17.168.932	1.800.603	17.168.932
Juros ativos	452.153	260.527	2.293.672	1.052.448
Varição cambial ativa	7.364.058	11.959.519	8.337.691	13.183.962
Ajuste a valor presente	11.188.233	8.515.718	13.651.738	11.482.013
Outras	1.067.927	1.834.137	1.067.927	1.834.137
Despesas financeiras	(21.265.714)	(20.630.408)	(36.037.191)	(32.466.013)
Juros passivos	(8.032.803)	(4.476.845)	(18.776.140)	(12.289.883)
Varição cambial passiva	(4.920.852)	(7.504.842)	(6.480.734)	(8.031.237)
Varição cambial passiva - derivativos	(971.070)	(2.063.866)	(971.070)	(2.063.866)
Ajuste a valor presente	(6.445.559)	(4.633.425)	(8.913.817)	(7.595.747)
Outras	(895.430)	(1.951.430)	(895.430)	(2.485.280)
Resultado financeiro líquido	5.721.007	21.891.140	(3.771.812)	15.038.194

28 Despesas por natureza e função

A seguir o detalhamento das despesas por natureza e função:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(271.359.163)	(278.976.706)	(698.163.799)	(706.764.171)
Despesas comerciais	(29.707.756)	(28.666.504)	(35.871.732)	(34.917.385)
Despesas Administrativas	(29.797.284)	(29.494.896)	(46.398.843)	(43.152.303)
Total	(330.864.203)	(337.138.106)	(780.434.374)	(784.833.859)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(8.297.962)	(5.403.951)	(29.289.386)	(27.459.231)
Despesas com pessoal	(71.153.797)	(71.078.681)	(110.496.801)	(103.113.479)
Matérias primas e materiais consumidos	(178.836.851)	(183.073.399)	(528.816.652)	(553.999.307)
Matriz energética	(23.562.796)	(23.079.002)	(29.345.578)	(29.067.496)
Fretes e comissões	(15.362.164)	(16.819.280)	(16.017.685)	(17.358.126)
Honorários	(5.654.400)	(5.219.520)	(5.654.400)	(5.119.520)
Manutenção	(7.614.125)	(7.006.067)	(16.109.938)	(16.489.185)
Serviços de terceiros	(9.166.040)	(9.102.177)	(10.822.767)	(11.129.492)
Participação de funcionários	(2.913.973)	(4.240.630)	(2.913.973)	(4.240.630)
Outras	(8.302.095)	(12.115.398)	(30.967.194)	(16.857.393)
Total	(330.864.203)	(337.138.105)	(780.434.374)	(784.833.859)

29 Informações por segmento de negócio

A Companhia atua somente no segmento industrial têxtil conforme descrito na Nota Explicativa 01 – Contexto operacional, no mercado nacional e internacional. O segmento de atuação de sua controlada é o mesmo que o da Companhia.

30 Outras receitas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Outras Receitas				
Incentivo Fiscal ICMS (a)	10.608.602	6.165.623	10.608.602	6.165.623
Receita com alienação de imobilizado	597.970	1.215.368	597.970	1.228.217
Recuperação de Tributos	181.272	4.104.753	181.272	4.104.753
Recuperação PIS/Confins - Exclusão ICMS Base	-	20.055.084	-	20.055.084
Reversão de provisão laboral	-	-	11.204.497	-
Dividendos recebidos	-	-	586.733	634.744
Outras receitas	1.072.841	222.762	6.960.729	5.530.177
Total	12.460.685	31.763.590	30.139.803	37.718.598
Outras Despesas				
Custo de alienação com imobilizado	(226.190)	(634.676)	(4.568.803)	(767.437)
Outras despesas	(1.925.847)	(2.187.811)	(1.932.308)	(2.295.592)
Total	(2.152.037)	(2.822.487)	(6.501.111)	(3.063.029)
Resultado Líquido	10.308.648	28.941.103	23.638.692	34.655.569

a. Incentivo fiscal de ICMS - Crédito presumido

De acordo com o Decreto (RS) 49.700/12, a Companhia registrou em suas Demonstrações financeiras anuais, na conta de Outras Receitas Operacionais, incentivos fiscais decorrentes de crédito presumido de ICMS. Tal crédito presumido é apurado sobre as vendas de produtos a outros estados, de forma que o recolhimento de ICMS não seja inferior a 3,5% da Receita Bruta. Este benefício não tem prazo de vigência, a partir do Decreto (RS) 56.078 de 06 de setembro de 2021.

Conselho de Administração

Carla Francisca Pettenati
Presidente

Cláudio José Rossi
Vice-presidente

Murici dos Santos
Conselheiro

Diretoria

Otávio Ricardo Pettenati
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

Carla Francisca Pettenati
Diretora Comercial

Fernanda Maria Pettenati
Diretora de Marketing

Roberta Daniela Pettenati
Diretora de RH e Compliance

Contador

Eduardo Pastori
Contador
Contador – CRC: SC-029116/O-1